Marcos Bernardes de Mello

TEORIA DO

Fato Jurídico

Plano da Existência

21ª edição
2017

saraiva jur
**ÍNDICE**

<table>
<thead>
<tr>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Agradecimentos</td>
<td>7</td>
</tr>
<tr>
<td>Apresentação</td>
<td>17</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 21ª edição</td>
<td>21</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 20ª edição</td>
<td>23</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 19ª edição</td>
<td>25</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 18ª edição</td>
<td>27</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 17ª edição</td>
<td>29</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 16ª edição</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td>Nota à 15ª edição</td>
<td>33</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**I PARTE**

**CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

Capítulo I

**O FENÔMENO JURÍDICO**

(uma visão integrada)

§ 1º O homem, a adaptação social e o direito .................................. 37
§ 2º O caráter necessário do direito.................................................. 41
§ 3º Mundo fáctico e mundo jurídico.................................................. 42
§ 4º Logicidade do mundo jurídico...................................................... 45
§ 5º Direito e realidade........................................................................... 46
§ 6º As dimensões do fenômeno jurídico............................................... 48
§ 7º Uma visão integrada do fenômeno jurídico....................................... 51
§ 8º Corte epistemológico........................................................................ 53

Capítulo II

**NORMA E FATO JURÍDICO**

§ 9º A previsão normativa do fato jurídico.......................................... 54
   1. Norma jurídica e definição do mundo jurídico.................................. 54
   2. Norma e ordenamento jurídico....................................................... 55
      2.1. Normas explícitas........................................................................ 55
Capítulo III

OS ELEMENTOS DA ESTRUTURA DA NORMA JURÍDICA

§ 12. O suporte fáctico ............................................ 83
1. Conceito ............................................................. 83
2. Espécies ............................................................. 83
3. Significação e importância do conceito ..................... 84
4. Elementos do suporte fáctico .................................. 85
   4.1. Relevância dos fatos ....................................... 85
   4.2. Fatos da natureza e do animal ............................. 86
   4.3. Atos ............................................................ 86
   4.4. Dados psíquicos ............................................. 87
   4.5. Estimações valorativas .................................... 88
   4.6. Probabilidades .............................................. 88
   4.7. Fatos do mundo jurídico ................................... 89
   4.8. A causalidade física ....................................... 91
   4.9. O tempo ....................................................... 91
4.10. Elementos positivos e elementos negativos ............. 92
5. Elementos subjetivo e objetivo do suporte fáctico ......... 92
   5.1. Elemento subjetivo .......................................... 92
   5.2. Elemento objetivo .......................................... 94
6. Elementos nucleares e complementares do suporte fáctico; elementos integrativos .......................... 95
   6.1. Elementos nucleares: cerne e completantes ............ 95
   6.2. Elementos complementares ................................. 98
   6.3. Elementos integrativos .................................... 99
7. Consequências da ausência dos elementos completantes, complementares e integrativos .................. 105
Capítulo III
DA ESTRUTURA DA NORMA JURÍDICA

§ 13. Fato (real), suporte fáctico e fato jurídico

§ 14. O preceito

1. Conceito

2. Classificação

§ 15. Determinação do suporte fáctico e do preceito

Capítulo IV
A FENOMENOLOGIA DA JURIDICIZAÇÃO

§ 16. A incidência da norma jurídica

1. Noção de incidência

2. Características da incidência

2.1. Logoicidade da incidência

2.2. Incondicionalidade (fatalidade ou infalibilidade) da incidência

2.3. Inesgotabilidade

2.4. Multiplicidade da incidência

2.5. Incidência e obrigatoriedade da norma jurídica

3. Divergências doutrinárias

3.1. As divergências

3.2. Incidência e aplicação da norma jurídica

3.3. Análise das opiniões divergentes em face desses conceitos
Capítulo V
OS PLANOS DO MUNDO JURÍDICO

§ 20. Generalidades................................................................. 155
§ 21. Plano da existência.......................................................... 161
§ 22. Plano da validade ............................................................ 161
§ 23. Plano da eficácia ............................................................. 163
§ 24. Observações finais ......................................................... 166

II PARTE
DO FATO JURÍDICO AO PLANO DA EXISTÊNCIA

TÍTULO I
CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS

Capítulo VI
CONCEITO DE FATO JURÍDICO

§ 25. A concepção tradicional de fato jurídico............................. 171
§ 26. A concepção de Pontes de Miranda .................................. 173

Capítulo VII
A CLASSIFICAÇÃO DO FATO JURÍDICO

§ 27. À procura de um critério.................................................. 174
§ 28. A proposta de Teixeira de Freitas.................................... 175
§ 29. O critério adotado ......................................................... 177
  1. Classificação segundo o elemento cerne do suporte fáctico .. 177
§ 30. Conformidade e contrariedade a direito............................ 179
  1. Considerações gerais ...................................................... 179
  2. Divergências doutrinárias .............................................. 180
  3. Importância da classificação ...................................... 183
Capítulo V
NOS DO MUNDO JURÍDICO

TÍTULO II
PARTE
DO JURÍDICO AO PLANO DA EXISTÊNCIA

TÍTULO I
EITO E CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS

Capítulo VI
EITO DE FATO JURÍDICO

Capítulo VII
FICAÇÃO DO FATO JURÍDICO

Capítulo VIII
DO FATO JURÍDICO

§ 31. Elemento volitivo cerne do suporte fáctico
§ 32. Critérios para catalogar os fatos jurídicos

TÍTULO II
CONCEITUAÇÃO SUCINTA DAS ESPÉCIES LÍCITAS

Capítulo VIII
DO FATO JURÍDICO

§ 33. Conceituação

Capítulo IX
DO ATO-FATO JURÍDICO

§ 34. Conceituação
§ 35. Espécies
1. Os atos reais
2. Os atos-fatos jurídicos indenizativos
3. Os atos-fatos jurídicos caducificantes
§ 36. Divergências doutrinárias

Capítulo X
DO ATO JURÍDICO

§ 37. Conceituação
§ 38. Análise dos elementos constitutivos
1. Exteriorização da vontade
2. Consciência da vontade
3. Resultado lícito e possível
§ 39. As espécies de ato jurídico: ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico
§ 40. Atos jurídicos mistos
§ 41. Atos jurídicos de direito público
§ 42. Os chamados “atos complexos” e “atos compostos”
Capítulo XI
DO ATO JURÍDICO STRICTO SENSU

§ 43. Conceituação ................................................................. 226
§ 44. As várias classes de atos jurídicos stricto sensu ............ 228

Capítulo XII
DO NEGÓCIO JURÍDICO

§ 45. Noção preliminar .......................................................... 231
§ 46. A concepção clássica de negócio jurídico ....................... 231
§ 47. Exposição crítica do conceito de negócio jurídico ............ 234
  1. Atitude metodológica ................................................... 234
  2. Vontade e negócio jurídico ............................................ 236
    2.1. Vontade como elemento nuclear de suporte fático ......... 236
    2.2. Vontade e efeitos jurídicos? ...................................... 237
§ 48. A fonte da eficácia jurídica .......................................... 237
§ 49. Amplitude e surgimento da eficácia .............................. 239
  1. As categorias efunciais ................................................ 239
  2. Sistema jurídico e poder de autorregramento da vontade ... 246
§ 50. Limitações à vontade negocial ....................................... 247
§ 51. Negócio jurídico e norma jurídica individual ................. 251
§ 52. Negócio jurídico e efeitos práticos .............................. 253
§ 53. Conclusão. O conceito de negócio jurídico .................... 254
§ 54. Divergências doutrinárias ............................................ 255
  1. Há necessidade da distinção entre as espécies de ato jurídico? ................................................................. 255
  2. Insuficiência do conceito clássico de negócio jurídico ...... 258
§ 55. As várias classes de negócios jurídicos ......................... 263
  1. Preliminares ................................................................ 263
  2. Negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e plurilaterais ... 263
    2.1. Conceituções ......................................................... 263
    2.2. Lateralidade e pessoalidade ..................................... 264
    2.3. O ato coletivo ....................................................... 265
    2.4. Negócios jurídicos unilaterais ................................ 266
    2.5. Negócios jurídicos bilaterais ................................... 268
Capítulo XI

DOS ATOS JURÍDICOS STRICTO SENSI

... 226

228

Capítulo XII

DO NEGÓCIO JURÍDICO

... 231

234

... 236

237

239

246

247

251

253

254

255

258

263

263

263

264

265

266

268

270

271

272

278

279

279

281

282

283

283

284

284

285

TÍTULO III

CONCEITUAÇÃO SUCINTA DAS ESPÉCIES ILÍCITAS

Capítulo XIII

DO FATO ILÍCITO LATO SENSI

§ 56. Conceituação.......................................................... 287

1. Noção preliminar.......................................................... 287

2. Características da ilicitude............................................. 289

2.1. Generalidades ......................................................... 289

2.2. Contrariedade a direito ............................................. 289

2.3. A imputabilidade .................................................... 291

2.3.1. Conceito.......................................................... 291

2.3.2. Divergências doutrinárias .................................... 292

2.3.3. Espécies de imputabilidade .................................... 296

2.4. Elementos completantes do cerne: a ilicitude in specie 298

§ 57. Objeções doutrinárias à expressão “contrariedade a direito”... 299

§ 58. Conclusão. O conceito de fato ilícito lato sensu ............. 300
Capítulo XIV
CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS ILÍCITOS

§ 59. Atitude metodológica................................................................. 301
§ 60. Ilícito absoluto e ilícito relativo........................................... 304
§ 61. Fatos stricto sensu ilícitos....................................................... 305
§ 62. Ato-fato ilícito............................................................................ 306
§ 63. Ato ilícito lato sensu.................................................................... 308
1. Conceito ....................................................................................... 308
2. Ação ou omissão............................................................................ 309
3. A culpa (?)..................................................................................... 310
4. Dano e reparação........................................................................... 312
§ 64. As várias espécies de ato ilícito................................................. 313
1. Critérios de classificação............................................................... 313
2. Do ato ilícito segundo o suporte fáctico....................................... 313
2.1. Do ato ilícito civil........................................................................ 313
2.1.1. Ato ilícito stricto sensu.......................................................... 313
2.1.2. Ato ilícito relativo.................................................................. 315
2.2. Do ato ilícito criminal................................................................. 316
3. Do ato ilícito segundo sua eficácia................................................ 316
3.1. Do ato ilícito indenizativo........................................................... 316
3.2. Do ato ilícito caducificante......................................................... 317
3.3. Do ato ilícito invalidante............................................................ 318
3.3.1. Considerações preliminares.................................................... 318
3.3.2. Invalidade e ilicitude.............................................................. 319
3.3.2.1. O caráter ilícito da invalidade........................................... 319
3.3.3. Invalidade como sanção......................................................... 321
3.3.3.1. O fundamento lógico das sanções jurídicas......................... 321
3.3.3.2. O caráter sancionatório da invalidade.................................. 321
3.3.4. Objeções doutrinárias.............................................................. 322
3.3.4.1. A opinião de Bobbio......................................................... 323
3.3.4.2. A concepção de Hart........................................................ 324
3.3.4.3. Crítica a essas objeções...................................................... 325
3.3.4.4. Crime e invalidade.......................................................... 327
3.3.5. Atos jurídicos que entram nessa classe................................ 329
Bibliografia ....................................................................................... 331
Índice alfabético-remissivo ............................................................... 349

16